



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567766 - BA (2020/0072162-4)

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : KELLY CRISTINA SILVA IVANICS E OUTROS  
**ADVOGADOS** : KELLY CRISTINA SILVA IVANICS - BA064119  
EDNILSON COUTO DE JESUS JUNIOR - BA051672  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
**PACIENTE** : JONATAS DE JESUS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : EDVALDO DOS SANTOS DE ALMEIDA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **JONATAS DE JESUS SANTOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**, restando assim ementado (fls. 29-39):

*“HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO MAJORADO. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS IMPOSTAS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA E EFETIVADA EM 13.01.2020. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE E INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA NA PESSOA DO PACIENTE QUE NÃO SE CONHECEM. INEXISTÊNCIA DE PROVAPRE-CONSTITUÍDA. DEMANDA QUE EXIGE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. PLEITOS DE DESFUNDAMENTAÇÃO E DESNECESSIDADE DA DECISÃO QUE DECRETOU ACUSTÓDIA PREVENTIVA QUE NÃO SE VERIFICAM. ANALISADO O AUTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE, VERIFICA-SE QUE O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE EM 29.08.2016 E A AUTORIDADE IMPETRADA LHE CONCEDEU LIBERDADE PROVISÓRIA EM 29.08.2016, (FLS. 56/57 DA AÇÃO PENAL),*

**MEDIANTE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES, DENTRE ELAS O COMPARECIMENTO PERIÓDICO EM JUÍZO, NÃO CUMPRIDO. DENÚNCIA RECEBIDA E DETERMINADA A CITAÇÃO DO PACIENTE PARA RESPONDER À ACUSAÇÃO, MEDIANTE DECISÃO PROLATADA EM 09.01.2017, FL. 66, DOS AUTOS DA AÇÃO PENAL CORRESPONDENTE. PACIENTE DENUNCIADO, JUNTAMENTE A OUTRO CORRÉU, EM 13.10.2016, POR TEREM SUBTRAÍDO O VEÍCULO CORSA HATCH, PLACA POLICIAL JPV 6880, R\$ 50,00 (CINQUENTAREAIS), DOCUMENTO DO VEÍCULO E CNH DA VÍTIMA, EVERALDO LEMOS DA ANUNCIAÇÃO JÚNIOR, AGREDINDO-A COM SOCOS E PONTAPÉS, INCLUSIVE, UTILIZANDO-SE DE UM PEDAÇO DE MADEIRA, CONFORME DOCUMENTO Nº. 4696761, DA IMPETRAÇÃO. APÓS TENTATIVAS DE PROCEDER A CITAÇÃO PESSOAL DO PACIENTE, SEM ÊXITO, FOI REALIZADA A CITAÇÃO POR EDITAL, EM 02.08.2018. DIANTE DA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO, A AUTORIDADE IMPETRADA DECLAROU A SUSPENSÃO DO PROCESSO BEM COMO O CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL, EM 15.10.2018(FL. 153, DO FEITO DE ORIGEM). PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM 15.10.2018, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL(FLS. 154/159, DA AÇÃO PENAL). COMPULSANDO OS AUTOS DIGITAIS Nº. 0584084-97.2016.87.05.0001, FLS. 298/302, VERIFICOU-SE QUE O MANDADO DE PRISÃO EXPEDIDO EM DESFAVOR DO PACIENTE FOI EFETIVAMENTE CUMPRIDO SOMENTE EM 13.01.2020. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR, INCLUSIVE PARA COIBIR A PRÁTICA DE NOVOS CRIMES. AGENTE QUE EVADIU-SE DO DISTRITO DA CULPA. PACIENTE QUE POSSUI HISTÓRICO NA PRÁTICA DELITIVA. REALIZADA CONSULTA À MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL POR MEIO DO SISTEMA SAIPRO, VERIFICOU-SE QUE O MESMO RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL DE Nº. 0002497-37.2013.805.0124, PELO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, NA COMARCA DE ITAPARICA. INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ART.**

319 DO CPP. ALEGAÇÕES DE NULIDADE PROCESSUAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA, DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA ACERCA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA JUNTADA AOS AUTOS DE PRIMEIRO GRAU, EQUIVOCADAMENTE, DE SENTENÇA CONDENATÓRIA REFERENTE A OUTRO RÉU, QUE NÃO SE VERIFICAM. TRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO. APESAR DA DEFESA DO PACIENTE TER APRESENTADO A RESPOSTA À ACUSAÇÃO, EM 21.08.2019 (FLS. 199/218, DA AÇÃO PENAL), A AUTORIDADE IMPETRADA EXPEDIU NOVO MANDADO DE CITAÇÃO, A SER CUMPRIDO NO LOCAL ONDE O PACIENTE ENCONTRA-SE RECOLHIDO. EM CONSULTA AOS AUTOS, VERIFICOU-SE SEU CUMPRIMENTO, MEDIANTE CERTIDÃO EMITIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA, EM 24.01.2020, FL. 327. EM RELAÇÃO À JUNTADA AOS AUTOS DE PRIMEIRO GRAU DE SENTENÇA REFERENTE A OUTRO RÉU, VERIFICA-SE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO RECONHECENDO O ENGANO, PELA ESCRIVÃ DA 7ª VARA CRIMINAL. MERO EQUÍVOCO, JÁ RECONHECIDO E CERTIFICADO, SEM CONTEÚDO DECISÓRIO, QUE NÃO TROUXE PREJUÍZO AO PACIENTE. NÃO VERIFICADA NULIDADE DA DECISÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO STF NO SENTIDO DE QUE NÃO SE EXIGE A COGNIÇÃO E AVALIAÇÃO EXAUSTIVA DA PROVA OU A APRECIÇÃO FORMAL DA INICIAL ACUSATÓRIA, BASTANDO O EXAME DA VALIDADE FORMAL DA PEÇA E A VERIFICAÇÃO DA PRESENÇA DOS INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA, NA PARTE CONHECIDA.” (grifei)

No presente **habeas corpus**, a d. Defesa repisa os argumentos da peça originária, aduzindo nulidades na citação, na decisão de recebimento da denúncia, na suposta ausência de defesa técnica e na prova referente ao reconhecimento do paciente.

Assim, busca a absolvição por falta de provas.

No mais, que a prisão preventiva seria ilícita, haja vista nunca ter sido citado, da mesma forma que o fato novo do advento do coronavírus ensejaria a liberdade do paciente.

Por fim, a fixação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, inclusive LIMINARMENTE, “*que este continue a responder ao processo em liberdade, com a consequente expedição de contramandado de prisão [...] a substituição da prisão preventiva pela aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, isolada ou cumulativamente, eis que as circunstâncias do fato e condições pessoais do Paciente convergem neste sentido, revelando a desnecessidade e inadequação da medida extrema, nos termos do artigo 282, incisos I e II, § 5º, e art. 319 todos do CPP [...] Por fim, [...] seja julgado TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido de concessão da ordem para fins de obstar a continuidade do constrangimento legal por que passa o PACIENTE, eis que ausentes os requisitos do dispositivo 312 do CPP*” (fl. 27)

É o relatório.

**Decido.**

Na hipótese, nesta análise perfuntória, o que se constata é que o eg. Tribunal de origem bem analisou a controvérsia, fundamentando a prisão preventiva em situação plenamente justificante (**não comparecimento periódico em juízo acordado em audiência de custódia**).

Sobre o fato novo da pandemia de coronavírus, deve-se esclarecer que esta eg. Corte Superior não atua em supressão de instância, necessitando a parte buscar a instância **a quo**, primeiramente, caso deseje.

Ademais, ao menos **em sede de cognição sumária**, verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado após a devida instrução do feito e oitiva do d. Ministério Público Federal.

Exemplificativamente:

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.*

*1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento no*

*sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de Relator que, fundamentadamente, indefere pleito de liminar.*

*2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.*

*3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)*

*"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que não cabe agravo regimental contra a decisão do relator que, em habeas corpus, defere ou indefere a liminar, de forma motivada.*

*2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica. 3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)*

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo de 1º Grau.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO  
DO TJ/PE)  
Relator